

ATO DE LEI

Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham envolvimento em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público no Município de Vitória.

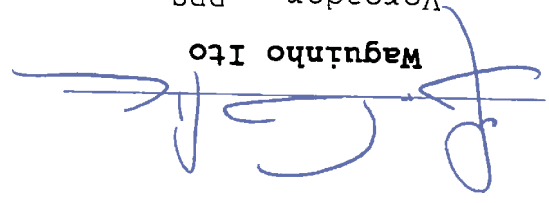
Processo: 895/2018
Tipo: Projeto de Lei: 14/2018
Área do Processo: Legislativa
Data e Hora: 05/02/2018 15:19:46
Procedência: Waguiinho Ito
Assunto: Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham envolvimento em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público no Município de Vitória.

Art. 1º - O município de Vitória fica proibido a conceder programas de incentivos fiscais a empresas envolvidas em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público.

Art. 2º - As empresas que celebram acordo de leniência, após o cumprimento das sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, terão suspensa a vedação prevista no art. 1º desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Atílio Vivacqua, 05 de fevereiro de 2017


Waguiinho Ito
Vereador - PPS

Waguiinho Ito
Vereador - PPS

Palácio Atílio Viváacqua, 05 de fevereiro de 2017

O referido Projeto de Lei, tem o objetivo de proibir o Município de Vitória a conceder incentivos fiscais a empresas envolvidas em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público.

O art. 37 da Constituição Federal de 1988 afirma que são princípios norteadores da Administração Pública direta e indireta, dentre outros, a moralidade, legalidade e a eficiência.

Desse modo, a concessão de incentivos fiscais, no âmbito do Município de Vitória, as empresas envolvidas em corrupção ou ato de improbidade administrativa é inadmissível e incongruente com os preceitos do Estado Democrático de Direito.

Neste sentido, é indispensável que as empresas beneficiadas por incentivos fiscais possuam reputação ilibada. O presente Projeto de Lei está de acordo com a vontade popular de zelo, transparência e eficiência com os gastos públicos.

Diante do exposto, conto com o apoio dos Senhores Vereadores à presente iniciativa, nesta ilustre casa de Leis.

JUSTIFICATIVA

895	2	P
CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA		

Identificador: 310031003100320031003A00540052004100 Conferência em <http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/en/autenticidade>

PRESIDENTE DA CÂMARA

Em 15/07/2018

QUALITADO EM - DISCUSSÃO

PRESIDENTE DA CÂMARA

Em 08/02/2018

PAUADO EM - DISCUSSÃO

PRESIDENTE DA CÂMARA

Em 07/02/2018

QUALTADO EM - DISCUSSÃO

PRESIDENTE DA CÂMARA

Em 06/02/18

INCLUA-SE EM PAUTA PARA DISCUSSÃO ESPECIAL

DIRETOR

Em 06/02/18

INCLUIDO NO EXPEDIENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Assistente Administrativo

Larissa Dossane

Em: 05/02/2018

Para providências
Ao Departamento Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



8953	3	P
Processo	Folha	Bubrica
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		

VINICIUS JOSÉ SIMÕES
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Palacio Attilio Vivacqua, 06 de marzo de 2018.

Este ato entra em vigor no ato de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02 de março de 2018.

1º: Suspende, parcialmente, os trabalhos de rotina das Comissões Permanentes desta Casa de Leis, devendo estas, no interregno do dia 02 ao 23 de março de 2018, dedicaram-se exclusivamente à emissão, apreciação de pareceres e reuniões atinentes ao Projeto de lei que Aprova o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória e da outras Providências (PL de nº290 de 2017, contido no processo nº11.398 de 2017).

RESOLVE:

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 35, II do Regimento Interno (Resolução no. 1919/2014)

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 033/2018

COMPOSIÇÃO:	TITULARES:	SUPLENTE:
ROBERTO MARTINS - PTB	WANDERSON MARINHO - PSC	NATHAN MEDEIROS - PSB
	WAGUINHO ITO - PPS	

XIII-COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA





Am	Municipal de Vitória	
Processo	Folha	Substituição
895	05	

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA,
SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO**

PROCESSO: 895/2018

PROJETO DE LEI: 14/2018

AUTOR: Waguinho Ito

EMENTA: Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham envolvimento em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público no Município de Vitória.

RELATOR: Fabrício Gandini

I - RELATÓRIO:

De autoria do Vereador Waguinho Ito, o referido Projeto de Lei dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham envolvimento em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público no Município de Vitória. Em atendimento ao disposto no artigo 202 do Regimento Interno desta casa de Leis, a propositura esteve em pauta por três sessões ordinárias e sem apresentação de emenda.

O processo foi recebido em nosso gabinete para emissão de parecer pela Comissão de Constituição, justiça, serviço público e redação, nos termos do artigo 61 do Regimento Interno, que dispõe

"Poder-se-á dizer que apenas agora a Constituição Federal consagrou a moralidade como princípio de administração pública (art 37 da CF). isso não é verdade. Os princípios podem estar ou não explicitados em normas. Normalmente, sequer constam de texto regrado. Defluem no todo do ordenamento jurídico. Encontram-se insitos, implícitos no sistema, permeando as diversas normas regedoras de determinada matéria. O só fato de um princípio não figurar no texto constitucional, não significa que nunca teve relevância de princípio. A circunstância de, no texto constitucional anterior, não figurar o princípio da moralidade não significa que o administrador poderia agir de forma imoral ou mesmo amoral. Como ensina Jesus Gonzales Perez "el hecho de su consagracion em uma norma legal no supone que com anterioridad no existiera, ni que por tal consagración legislativa haya perdido tal carácter" (El principio de buena fé em el derecho administrativo. Madri, 1983. p. 15). Os princípios gerais de direito existem por força própria, independentemente de figurarem em texto legislativo. E o fato de passarem a figurar em texto constitucional ou legal não lhes retira o caráter de princípio. O agente público não só tem que ser honesto e probo, mas tem que mostrar

acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à
matéria, opinamos pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do
Projeto de Lei 14/2018.

in ra	unicipal de Vi	ni
895	Folha	07
		07


Palácio Atílio Vivacqua, 17 de Abril de 2018

Fabício Gandini

Vereador - PPS

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Nº	Data	Assinatura
gas	08	

De acordo com o despacho acima, segue o parecer -
17/04/2018

Fabrizio Gandini
 Vereador - PBS
Câmara Municipal de Vitória



Matéria : Projeto de Lei nº 14/2018

Reunião : Comissão de Justiça 2405
 Data : 24/05/2018 - 15:14:31 às 15:15:16
 Tipo : Nominal
 Turno : Ata
 Quorum :
 Total de Presentes : 5 Parlamentares

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Faixa	Rubrica
895	09	

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	15:15:09
7	Fabricio Gandini	PPS	Sim	15:15:02
30	Leonil	PPS	Sim	15:15:07
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	15:15:03
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	15:15:11

Totais da Votação:

SIM
5

NÃO
0

TOTAL
5

PRESIDENTE

SECRETARIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
895	10	AB

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de

Finanças

Ao Sr. Vereador

Denninho Silva

Designar para relator.

Em 28/05/2018

Del/SAC

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões)

01/06/18

Secretaria do S.A.C.

[Assinatura]

Cto Del/SAC

Designo o vereador MAZINHO DOS ANJOS
para relatar a matéria.

Em 30/05/2018



Denninho Silva

Vereador - RPS

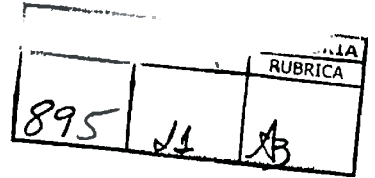
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões)

14/06/18

Secretaria do S.A.C.

[Assinatura]



Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas

PROCESSO Nº.....: 895/2018
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº.: 14/2018
 AUTOR..: Waguinho Ito
 ASSUNTO.....: Dispõe sobre a proibição de incentivos
 fiscais a empresas que tenham envolvimento em corrupção de qualquer
 espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público no
 Município de Vitória.

Da COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E TOMADA DE CONTAS na forma do art. 62, da Resolução n. 1.919/2014, sobre o Projeto de Lei n. 02/2017, de autoria do Vereador Waguinho Ito, que "Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham envolvimento em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público no Município de Vitória".

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Waguinho Ito, que cria proibição para que a Administração Pública conceda incentivos fiscais para empresas que tenham qualquer tipo de envolvimento em crimes de corrupção e atos de improbidade administrativa.

Em sua justificativa, o Vereador alega que são princípios da Administração Pública, direta e indireta, a moralidade, legalidade e eficiência. Para tanto, é indispensável que as empresas se adéquem à estes princípios, de forma a manter uma reputação ilibada.

É o relatório, passo a opinar.

Matéria : Projeto de Lei nº14/2018

Reunião : Comissão de Finanças 0507
Data : 05/07/2018 - 14:19:40 às 14:22:34
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 4 Parlamentares

CÂMARA 14		E VITÓRIA
PROJE	DATA	RUBRICA
895	12	AB

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	14:21:54
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	14:22:24
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	14:22:01
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	14:22:07

Totais da Votação :

SIM	NÃO	TOTAL
4	0	4

PRESIDENTE

SECRETARIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
895	13	AB

Lo Sr. (a): Vinicius Simões
para providenciar a extração do avulso.

Em, 05/07/18

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 09/07/18

Vinicius Simões Silva
ASSINATURA



Câmara Municipal de Vitória
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
096/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRIC
895	14	

PROCESSO	895/2018
PROJETO DE LEI	14/2018
EMENTA	Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenha envolvimento em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente publico no Município de Vitória.
INICIATIVA	Waguinho Ito
PARECER	Comissão de Constituição e Justiça – Pela Constitucionalidade e Legalidade. Comissão de Finanças – Pela Aprovação da Matéria.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	NÚMERO
895	15	

INCLUA-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

EM, 25 / 10 / 2018

PRESIDENTE

Retirado de pauta na forma do Art. 35 VII, 1º e 2º Para fins de diligência e parecer orientativo, na conforme Art. 369, do R.I.

Em 25/10/2018



PRESIDENTE DA Sessão

LA PGE,

De ordem do Presidente,

Seguem os autos para análise jurídica.

Em 20/11/2018.



Raquel Ramos
Raquel Ramos
Diretora Geral
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRIC
895	16	

PARECER Nº 272/2018

PROCESSO Nº 895/2018

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Vereador Vinicius Simões:

**PROJETO DE LEI 14/2018. DISPÕE
SOBRE A PROIBIÇÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS A EMPRESAS QUE TENHAM
ENVOLVIMENTO EM CORRUPÇÃO DE
QUALQUER ESPÉCIE OU ATO DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR
AGENTE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE
VITÓRIA. POSSIBILIDADE.
CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E
FORMAL.**

Esta Procuradoria foi instada a manifestar-se acerca do Projeto de Lei nº 14/2018 (PROCESSO LEGISLATIVO Nº 895/2018), de autoria do Vereador Waguinho Ito, que **dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham envolvimento em**



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNI	EL	VITÓRIA
PROCESSO	A	DEBÉRICA
895	17	<i>[Handwritten signature]</i>

corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público no Município de Vitória.

O Presidente desta Egrégia Câmara Municipal, **Vereador Vinícius Simões**, retirou o referido Projeto da pauta de votação ante dúvida quanto sua constitucionalidade e solicitou, destarte, parecer jurídico opinativo.

Sendo este o breve relatório.

Para melhor esclarecimento, transcrevo o Projeto de Lei em análise:

"Art. 1º - O município de Vitória fica proibido a conceder programas de incentivos fiscais a empresas envolvidas em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público.

Art. 2º - As empresas que celebram acordo de leniência, após o cumprimento das sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, terão suspensa a vedação prevista no art. 1º desta Lei

R

CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
000	01	



Câmara Municipal de Vitória

Estado do Espírito Santo

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições em



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
895	19	<i>[Signature]</i>

Em razão disso, o legislador constituinte de 1988 inseriu o § 6º, no art. 150, da CF com a seguinte redação:



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
895	20	<i>[assinatura]</i>

"ADI - LEI Nº 7.999/85, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM A REDAÇÃO QUE LHE DEU A LEI Nº 9.535/92 - BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - MATÉRIA DE INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE - REPERCUSSÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL - ALEGADA USURPAÇÃO DA CLÁUSULA DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA - MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. - A Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. - A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. - O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara - especialmente para os fins de instauração do respectivo processo legislativo - ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado" (ADI 724-MC, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, DJ 27.4.2001, grifos nossos).



Câmara Municipal de Vitória

Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
895	21	

^N
"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE."



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL	PROCESSO	22	895	ORIENTAÇÃO
				BRICA

julga improcedente" (ADI 2464, Rel. Min. Ellen Gracie, Plenário, DJ 25.5.2007).

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 8.366, DE 7 DE JULHO DE 2006, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. LEI QUE INSTITUI INCENTIVO FISCAL PARA AS EMPRESAS QUE CONTRATAREM APENADOS E EGRESSOS. MATÉRIA DE ÍNDOLE TRIBUTÁRIA E NÃO ORÇAMENTÁRIA. A CONCESSÃO UNILATERAL DE BENEFÍCIOS FISCAIS, SEM A PRÉVIA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO INTERGOVERNAMENTAL, AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 155, § 2º, XII, G, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. A lei instituidora de incentivo fiscal para as empresas que contratarem apenados e egressos no Estado do Espírito Santo não consubstancia matéria orçamentária. Assim, não subsiste a alegação, do requerente, de que a iniciativa seria reservada ao Chefe do Poder Executivo. 2. O texto normativo capixaba efetivamente viola o disposto no artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", Constituição do Brasil, ao conceder isenções fiscais às empresas que contratarem apenados e egressos no Estado do Espírito Santo. A lei atacada admite a concessão de



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
895	23	<i>[assinatura]</i>

incentivos mediante desconto percentual na alíquota do ICMS, que será proporcional ao número de empregados admitidos. 3. Pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que a concessão unilateral de benefícios fiscais relativos ao ICMS, sem a prévia celebração de convênio intergovernamental, nos termos do que dispõe a LC 24/75, afronta ao disposto no artigo 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal. Precedentes. 4. Ação direta julgada procedente para declarar inconstitucional a Lei n. 8.366, de 7 de julho de 2006, do Estado do Espírito Santo" (ADI 3809, Rel. Min. Eros Grau, Plenário, DJ 14.9.2007, grifos nossos).

Nesse sentido também as seguintes decisões em recursos extraordinários:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS DE DECISÃO MONOCRÁTICA. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO LEGISLATIVO. NORMAS SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO. INICIATIVA CONCORRENTE ENTRE O CHEFE DO PODER EXECUTIVO E OS MEMBROS DO LEGISLATIVO. POSSIBILIDADE DE LEI QUE VERSE SOBRE O TEMA REPERCUTIR NO ORÇAMENTO DO ENTE FEDERADO. IRRELEVÂNCIA PARA FINS DE DEFINIÇÃO DOS LEGITIMADOS PARA A

[assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA	RUBRICA	
PROCESSO	895	26

A Direção Geral

Com o parecer anexo.

Em 27/11/2018.

Larissa Vogneri Melo
Procurador Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

do DEB/SAC, de Ordem do Presidente:
Em atendimento ao despacho de fl. 415, segue o parecer de fl.
16 a 25.
Em 04/12/2018.

Raquel Ramos
Diretora Geral
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Matéria : Projeto de Lei nº 14/2018

Reunião : 28ª Sessão Ordinária
Data : 11/04/2019 - 17:13:03 às 17:13:48
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 15 Parlamentares

PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
895	27	Pl

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
38	Amarai	PHS	Sim	17:13:12
35	Cleber Felix	PROG	Não Votou	
33	Dalto Neves	PTB	Sim	17:13:09
17	Davi Esmael	PSB	Sim	17:13:34
29	Denninho Silva	PPS	Sim	17:13:36
30	Leonil	PPS	Sim	17:13:31
24	Luiz Paulo Amorim	PV	Sim	17:13:24
9	Max da Mata	PSDB	Não Votou	
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	17:13:39
11	Neuzinha	PSDB	Sim	17:13:17
34	Roberto Martins	PTB	Sim	17:13:13
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	17:13:08
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	17:13:17
36	Waguinho Ito	PPS	Sim	17:13:21
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	17:13:32

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	13	0	13

PRESIDENTE

SECRETARIO

Matéria : Projeto de Lei nº 14/2018

Reunião : 28ª Sessão Ordinária
Data : 11/04/2019 - 17:13:03 às 17:13:48
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 15 Parlamentares



N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
38	Amaral	PHS	Sim	17:13:12
35	Cleber Félix	PROG	Não Votou	
33	Dalto Neves	PTB	Sim	17:13:09
17	Davi Esmael	PSB	Sim	17:13:34
29	Denninho Silva	PPS	Sim	17:13:36
30	Leonil	PPS	Sim	17:13:31
24	Luiz Paulo Amorim	PV	Sim	17:13:24
9	Max da Mata	PSDB	Não Votou	
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	17:13:39
11	Neuzinha	PSDB	Sim	17:13:17
34	Roberto Martins	PTB	Sim	17:13:13
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	17:13:08
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	17:13:17
36	Waguinho Ito	PPS	Sim	17:13:21
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	17:13:32

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	13	0	13

 **PRESIDENTE**

SECRETÁRIO



**Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo**

OF.PRE. AUT. Nº 387

Vitória, 23 de Abril de 2019.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a Vossa Excelência o **Autógrafo de Lei nº 11.168/2019**, referente ao **Projeto de Lei nº 14/2018**, de autoria do **Vereador Waguinho Ito**, aprovada em Sessão Ordinária realizada no dia 11 de Abril de 2019.

Atenciosamente,


Cleber Felix
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Processo **2150148/2019** Prioridade **EXPRESSA**
Data 23/04/2019 Hora 16 32
Requerente VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto AUTÓGRAFO DE LEI

Documento: OFÍCIO - 387/2019
Destino: **SEGOV/SUB-RI**
Volume: 01/01

Proc. 895/2018 - CMV/DEL





Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 11.168

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 14/2018**, envia-o ao Prefeito na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Dispõe sobre a proibição de incentivos fiscais a empresas que tenham envolvimento em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público no Município de Vitória.

Art. 1º O Município de Vitória fica proibido a conceder programas de incentivos fiscais a empresas envolvidas em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público.

Art. 2º As empresas que celebram acordo de leniência, após o cumprimento das sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, terão suspensa a vedação prevista no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Atílio Vivácqua, 23 de Abril de 2019.

Cléber Félix
PRESIDENTE

Adalto Bastos das Neves
1º SECRETÁRIO

Vinícius Simões
2º SECRETÁRIO

Luiz Paulo Amorim
3º SECRETÁRIO